



OBITUÁRIO

*Benedict Anderson (1936-2015):
sociologia história e imaginação social,*
por Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos
e Miguel Bandeira Jerónimo

Análise Social, 218, LI (1.º), 2016

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt





OBITUÁRIO

Benedict Anderson (1936-2015): sociologia história e imaginação social

Benedict Anderson faleceu a 13 de dezembro de 2015. O seu principal legado intelectual constitui-se em torno do conceito de “comunidades imaginadas”. Trata-se de uma expressão que serviu de título ao seu livro de 1983, no qual tratou os movimentos de independência do início do século XIX que estiveram na origem de novas nações soberanas na América do Sul. Pilar central de uma sociologia histórica da origem dos nacionalismos, a mesma expressão ganhou vida própria e os seus usos multiplicaram-se por inúmeras disciplinas, objetos e perspectivas de investigação, revelando bem o modo como esse cientista político conseguiu dialogar fora da sua área de especialização. No entanto – e apesar da diversidade dos seus usos não ter sido sempre sustentada por uma reflexão profunda sobre os sentidos que lhe foram intencionalmente atribuídos pelo seu autor –, a expressão icónica “comunidades imaginadas” resultou de um percurso particular que une dimensões que merecem ser exploradas, mesmo que brevemente: a experiência biográfica de Anderson, a sua relação interdisciplinar com o campo científico e um conjunto de posições políticas que decidiu tomar (Curto, Domingos e Jerónimo, 2012).

Com cidadania irlandesa, Anderson nasceu em 1936 na China, onde o seu pai foi funcionário da Imperial Maritime Customs, instituição que supervisionava as relações comerciais entre a Grã-Bretanha e a China. A família, com origem na nobreza escocesa e na irlandesa, proporcionou a Benedict e ao seu irmão mais novo, o historiador Perry Anderson, uma educação típica das elites britânicas: frequentou a escola em Eton e licenciou-se em estudos clássicos na Universidade de Cambridge, em 1957. O cosmopolitismo familiar – assente na

proximidade com as sociedades asiáticas, mas também com os Estados Unidos, para onde a família foi viver em 1941, antes de regressar à Irlanda, e onde o autor fez quase toda a sua carreira académica – relacionou-se, desde cedo, com a omnipresença da questão nacional, não fosse a sua família um alfofre de nacionalistas irlandeses.

A formação de Benedict Anderson prosseguiu nos Estados Unidos. Doutorou-se em 1967 na Universidade de Cornell com um trabalho sobre a Indonésia (*The Pemuda Revolution: Indonesian Politics 1945-1946*, 1320 pp.). A sua investigação sobre a Indonésia ficou marcada pela produção do chamado *Cornell Paper*, em 1966. Escrito com Ruth McVey, com a colaboração de Frederick Bunnell, o documento denunciava a purga de militantes comunistas pelo governo indonésio de Suharto. Nesta análise política, como nos seus posteriores trabalhos académicos sobre a Indonésia, Anderson defendeu que não era possível compreender processos transnacionais, tais como as dinâmicas de modernização, sem atender às estruturas sociais, políticas e culturais que caracterizavam as sociedades locais. Na sequência do seu envolvimento político e com a publicação de *Java in a Time of Revolution. Occupation and Resistance, 1944-1946* (Cornell UP, 1972, 494 pp.), Anderson foi proibido de entrar na Indonésia pelo governo de Suharto.

Foi a experiência de trabalho sobre o Sudeste asiático que o levou a estudar outros processos de independência e a formação de nações saídas de situações de dominação colonial, como sucedeu na América Latina. Se é verdade que os primeiros estudos pareciam empurrar o autor para uma especialização regional – modelo lançado nas universidades americanas pela Ford Foundation desde 1950, sob a forma de *Area Studies* –, Benedict Anderson mudou de continente para estudar um fenómeno que, no século xx, contrariando outras teorias da mudança social, nomeadamente as marxistas, permanecia bem vivo. Para ele, o nacionalismo não era uma mera ideologia, mas uma grelha de leitura que traduzia formas concretas de viver, e sobretudo um meio de imaginar o futuro de um coletivo social. Mais do que fazer a história das independências americanas, Anderson desejava perceber como é que tais processos corresponderam à formação de um tipo de nacionalismo específico, diferente daquele que, na história da Europa no século xx, se havia transformado numa máquina de discriminação, exclusão, conflitualidade e terror. Bem diferentes dos nacionalismos europeus, os movimentos de libertação e de emancipação do jugo colonial na Ásia e na África da segunda metade do século xx, eles próprios empunhando a bandeira nacionalista, foram uma inspiração importante para o autor.

A perspetiva não eurocêntrica de Anderson, formada pelo nacionalismo anti-colonialista e anti-imperialista, correspondeu a um quadro muito rico

de estudos sobre o nacionalismo, onde se destacaram as obras de Anthony D. Smith, Eric Hobsbawm, Ernst Gellner ou Tom Nairn. A mesma perspectiva pode também ser considerada singular, quando comparada com o ativismo político desenvolvido de Perry Anderson, a partir da *New Left Review* e dos debates científicos e políticos que agitaram o campo académico britânico, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970.

O caso americano serviu para provar de que modo o repertório nacional foi posto ao serviço de projetos emancipadores e da criação de uma sociedade mais justa e inclusiva. Segundo as suas análises, o nacionalismo americano baseava-se, ao contrário do que acabou por suceder na Europa ao longo do século xx, num projeto cívico e integrador. Embora guiado por elites “criou-las”, o nacionalismo americano criou uma igualdade sustentada na pertença a um coletivo: uma “comunidade imaginada”. A imaginação como processo de construção nacional, remetendo para a dimensão utópica de um projeto comunitário, fundado na camaradagem horizontal, desenvolveu-se em estreita articulação com as possibilidades abertas pela evolução tecnológica, pelo desenvolvimento dos transportes, pela construção do Estado moderno e dos seus direitos constitucionais, pelo que designou como “capitalismo tipográfico”, ou seja, o desenvolvimento de uma indústria da leitura (e da comunicação) suscitada pelo aumento da alfabetização, e, ainda, por essa tríade de instrumentos de identificação e de representação nacional constituídos pelo mapa, pelo censo e pelo museu.

Um outro aspeto importante de valorização do fenómeno nacionalista – sempre encarado como distinto de uma política da etnicidade e excluindo as mais diversas formas de racialização – encontra-se no seu *Under Three Flags: Anarchism and the Anti-Colonial Imagination* (Verso, 2005). Anderson estudou, então, a promoção de um nacionalismo cosmopolita, em nada paroquial, alimentado por internacionalismos vários, protagonizado por uma *intelligentsia* sem fronteiras e devedor dos processos globalizantes de 1800 em diante. Defensor das vantagens em comparar, de modo sistemático, as formas de imaginação da nação, e da sua espacialização, Anderson defendeu também a centralidade das dinâmicas transnacionais que as possibilitaram. A leitura combinada de *Spectres of Comparison: Nationalism, Southeast Asia, and the World* (Verso, 1998), de *Under Three Flags* e de *Comunidades Imaginadas* (Edições 70, 2012 e Verso, 1983) constitui-se, assim, como um exercício recomendável.

A possibilidade de imaginar, de criar uma nova narrativa do mundo, inspirou-se nos escritos de Walter Benjamin sobre a teoria da história, mas também no trabalho sobre o efeito das representações literárias do filólogo alemão Erich Auerbach. Porém, a ideia de “comunidades imaginadas” deve

igualmente muito aos trabalhos do antropólogo Victor Turner e ao seu conceito de *communitas* – um todo que se apresenta com qualidades anti-estruturais e transitórias. No quadro da análise do nacionalismo, um tal instrumento conceptual continha em si o poder de transformação histórica e social, evocado em nome de um projeto alternativo. A esfera cultural, condenada por certo marxismo e por este reduzida à função de ideologia superestrutural, ganhou com Anderson uma nova e decisiva função transformadora. Mas ela só se efetivou com o poder de expansão das infraestruturas comerciais e industriais que criaram as bases infraestruturais do Estado-Nação moderno.

Paralelamente, Anderson conseguiu encontrar quadros de análise baseados no exame de processos de longa duração e em unidades de análise compósitas, tais como as nações, que lhe permitiram contrariar a excessiva fragmentação em que pareceram escorregar os estudos culturalistas da década de 1980 em diante. A comparação – através da qual opôs ao nacionalismo, racista e xenófobo, associado aos regimes autoritários europeus do século xx, um nacionalismo emancipador dos países que se libertavam da canga dos impérios e da dominação colonial – permitiu-lhe experimentar um conjunto de novos instrumentos conceptuais, bem como ensaiar novas tipologias de análise. Através de tais instrumentos e tipologias, Anderson pôde dialogar com críticos literários, antropólogos, historiadores e cientistas políticos. Foi o que sucedeu nas obras já citadas, mas também em *In the Mirror: Literature and Politics in Siam in the American Era* (Duang Kamol, 1985) e em *Language and Power: Exploring Political Cultures in Indonesia* (Cornell UP, 1990). Assim, sem nunca virar as costas às tendências mais permeáveis aos estudos literários e à antropologia cultural – que investiram nas denominadas viragens linguísticas e discursivas ao longo do último quartel do século xx – Anderson procurou restabelecer, à sua maneira, um projeto de orientação interdisciplinar para as ciências sociais e para a história.

O seu exemplo, sobre o qual nos compete refletir no momento do seu desaparecimento, deverá continuar a servir de incentivo a todos os que se dedicam à pesquisa em ciências sociais e humanidades. Produto de uma vida de intenso labor, na qual as trocas de ideias, os debates, as polémicas e as intervenções públicas não se encontraram separadas da necessidade de escrever e publicar, os seus seis livros de autor – com as suas experimentações interdisciplinares e conceptuais, associadas a uma sociologia histórica e comparativa de unidades nacionais, onde se projetam diferentes formas de imaginação social – concederam-lhe um lugar destacado na história do pensamento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURTO, D. R., DOMINGOS, N. e JERÓNIMO, M. B. (2012), “Nações e nacionalismo: entre a teoria, a história e a moral”. In B. Anderson, *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, pp. 1-xxx.

CURTO, D. R., DOMINGOS, N., JERÓNIMO, M. B. (2016), *Obituário* “Benedict Anderson (1936-2015): sociologia história e imaginação social”. *Análise Social*, 218, LI (1.º), pp. 231-235.

Diogo Ramada Curto » dcur@fcs.unl.pt » Universidade Nova de Lisboa, FCSH, Departamento de História » Avenida de Berna, 26-C — 1069-061 Lisboa, Portugal.

Nuno Domingos » nuno.domingos@ics.ulisboa.pt » Universidade de Lisboa, ICS-UL » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189, Lisboa, Portugal.

Miguel Bandeira Jerónimo » mbjeronimo@ces.uc.pt » Universidade de Coimbra, CES » Colégio de S. Gerónimo, Largo D. Dinis Apartado 3087 — 3000-995 Coimbra, Portugal.
